

# DATA LUTA



## BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.  
Presidente Prudente, março de 2015, número 87. ISSN 2177-4463.

[www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

### ARTIGO DATA LUTA

**Impasses e hesitações no reconhecimento dos territórios de ocupação tradicional dos Kaiowá e Guarani no estado de Mato Grosso do Sul**

### ARTIGOS DO MÊS

**I - As transformações no campo brasileiro: modernização da agricultura e desenvolvimento territorial rural**

**II - O campo em questão: o debate a cerca dos paradigmas agrários a partir do entendimento do território**

[www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php](http://www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php)

### EVENTOS

**II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas**  
UNICAMP/Campinas – São Paulo, 27 a 30 de abril de 2015.

**III Colóquio Habitat e Cidadania: habitação no campo, nas águas e nas florestas**  
UnB/Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

**II Congreso Internacional “Seminario Estado, Territorio y Desarrollo (SETED)”**  
Santiago de Compostela – España, 1 a 3 del Julio del 2015.

### PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



**Comissão Camponesa da Verdade: relatório final. Violações de Direitos no Campo 1946-1988.**  
Autor(es): Vários.

Em 2012 foi criada a Comissão Camponesa da Verdade (CCV), um dos frutos do Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas. O conteúdo deste relatório é a materialização de um primeiro passo, cumprindo o compromisso firmado no Encontro Unitário. Disponível para baixar em diversas páginas.



**Rastros coloridos de rebeldia. Murales Zapatistas.**  
Dirección: Cristina Híjar González.

Un hecho que distingue e identifica al territorio rebelde zapatista es la existencia de murales decorando sus instalaciones. Murales comunitarios producidos no solo con el fin de decorar los espacios sino, fundamentalmente, como un medio de expresión, de reafirmación y reconocimiento, y de delimitación territorial.

Para ver:  
<https://www.youtube.com/watch?v=uR7AIAbh58>.



**PodCast Unesp – Pod Territorial.**  
Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

APOIO

**Editoração:** Danilo Valentin Pereira (bolsista FAPESP), Pedro Henrique C. de Moraes (bolsista PIBIT) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX).  
**Revisão:** Tiago E. A. Cubas (bolsista FAPESP), Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira (bolsista FAPESP), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério (bolsista FAPESP) e Rodrigo S. Camacho.  
**Coordenação:** Janaina F. S. C. Vinha, Juliana G. B. Mota (bolsista FAPESP) e Valmir J. de O. Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

## IMPASSES E HESITAÇÕES NO RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO TRADICIONAL DOS KAIOWÁ E GUARANI NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**Aline Castilho Crespe**

Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
[alinecrespe@hotmail.com](mailto:alinecrespe@hotmail.com)

**Levi Marques Pereira** – bolsista CNPq

Faculdade de Ciências Humanas/Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)  
[levipereira@ibest.com.br](mailto:levipereira@ibest.com.br)

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo se insere nas atividades de Grupo de Pesquisa *Gênero, Geração e Territorialidade em Sociedades Indígenas*, sediado na UFGD, que desenvolve projetos que contam com o apoio da FUNDECT e CNPq. O Estado do Mato Grosso do Sul é, atualmente, um dos estados brasileiros com maior população indígena<sup>1</sup>. É também um dos estados da federação com maior índice de conflito envolvendo as populações indígenas. Segundo os dados apresentados pela antropóloga Lucia Kehl Rangel (2011) o número de assassinatos de indígenas ocorridos no estado é superior aos assassinatos de indígenas ocorridos em todo o restante do território nacional. Entre os anos de 2010 e 2011 os crimes contra índios ocorridos em Mato Grosso do Sul somaram 55,5% da média nacional. Em oito anos, 250 índios foram assassinatos no estado, enquanto no restante do país 202 índios morreram dessa forma. Além dos assassinatos, as mortes por suicídio e atropelamento em estradas também são maiores que a média nacional.

Na década de noventa os Kaiowá e Guarani ficaram conhecidos midiaticamente, tanto nacional quanto internacionalmente, devido os números de suicídios ocorridos nas áreas indígenas localizadas no sul do MS. Na década seguinte os grupos destas etnias também foram foco das lentes da imprensa que noticiavam os casos de desnutrição e mortalidade infantil na Reserva Indígena de Dourados, MS. Nos últimos dez anos os Kaiowá do Mato Grosso do Sul são novamente conhecidos pelo mundo devido às repetidas situações de conflitos agrários envolvendo indígenas e proprietários rurais. Muitos destes conflitos resultam em mortes, na maior parte dos casos de indígenas. A compreensão destas situações requerem a consideração do processo de colonização no sul do estado de MS<sup>2</sup> e os impactos que a colonização provocou no território e nas vidas das famílias guarani e kaiowá.

Antes da chegada das frentes de colonização os Kaiowá estavam espalhados por um amplo território, que se estendia desde os rios Apa, Dourados e Ivinhema ao norte até a Serra de Maracaju e afluentes do rio Jejuí (Paraguai) ao sul. Em relação às coordenadas leste e oeste, o território kaiowá corresponderia mais de cem quilômetros para cada lado da fronteira do Brasil e do Paraguai<sup>3</sup>. Do lado paraguaio os Kaiowá são conhecidos com a denominação de *Pai Tavyterã*.

---

<sup>1</sup> Segundo os dados apresentados na recente tese defendida por Thiago Leandro Cavalcante seriam 51.801 pessoas (CAVALCANTE, 2013, p. 88).

<sup>2</sup> O atual estado do MS era parte do estado de Mato Grosso. A divisão dos estados ocorreu no ano de 1977.

<sup>3</sup> Fonte: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/552>. Acesso em 04/09/2014.

Com a chegada das frentes de colonização e da consequente ocupação pelos colonizadores os Kaiowá e Guarani foram paulatinamente retirados das áreas de ocupação tradicional e transferidos para reservas indígenas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre os anos de 1915 e 1928. Entretanto, anteriormente a implantação das reservas, os Kaiowá já haviam sentido a presença de colonizadores sobre seu território, situação que se tornou mais agressiva no início do século XX.

Proposta inicialmente pelo órgão indigenista oficial como área de acomodação para muitas comunidades dispersas pelo território, atualmente a reserva é vista por muitos indígenas como um lugar ruim para se viver. A insatisfação com a reserva motivou muitas famílias a retornarem para os lugares que reconhecem como áreas de ocupação tradicional. Desde a década de 1980 muitos grupos macro-familiares estão mobilizados para readquirirem a posse da terra. O retorno dos indígenas para os antigos sítios de ocupação gera a reação dos atuais proprietários das fazendas. Isso se desdobra em conflitos políticos e jurídicos, bem como em conflitos cotidianos resultando em mortes de muitos indígenas.

### **AS ENTRADAS COLONIAIS E OS IMPACTOS SOBRE OS KAIOWÁ E GUARANI NO MS**

O sul do MS, onde estava localizada a maior parte dos grupos kaiowá no Brasil, foi ocupado por não indígenas a partir da entrada de diversas frentes de colonização/bandeiras que chegaram ao MS via Minas Gerais, São Paulo, Paraná, bem como via Paraguai com a entrada dos espanhóis. A ocupação do sul do estado, com o objetivo de “povoar” uma região já ocupada pelos índios, inicia-se no final do século XVIII com a militarização da província do Mato Grosso. Isso ocorreu porque, à época, o governo colonial preocupa-se com os ataques espanhóis e a proteção da fronteira. A fim de “povoar” a província do Mato Grosso chegam, no início do século XIX, exploradores a fim de fazer posses e abrir as primeiras fazendas de gado. Assim, a formação das primeiras fazendas foi iniciada antes da Guerra do Paraguai<sup>4</sup> e foram destinadas ao cultivo de gado.

Entre os interessados em terras no sul do MS estava o poderoso Barão de Antonina<sup>5</sup>. Antonina tinha por intenção fazer posse de uma grande quantidade de terra no estado, capturar índios e construir uma estrada que ligasse a província do Paraná a de Mato Grosso, facilitando a comunicação e colonização da então Província Mato Grosso. Com o fim de fazer suas posses antes de 1950, ano que foi promulgada a Lei de Terras, o Barão de Antonina manda para o MS um sertanista chamado Francisco Lopes, acompanhado por John Elliot, mapista e responsável por relatar a expedição<sup>6</sup>. A expedição realizada com ordens do Barão iniciou-se no ano de 1946. Os viajantes fizeram o empreendimento com mais trinta homens, apresentados na fonte como *camaradas*, incluindo indígenas<sup>7</sup>. Em agosto de 1946 chegaram à região do rio Vacaria,

---

<sup>4</sup> A Guerra do Paraguai ocorreu entre os anos de 1864 e 1870. Durante a guerra muitos posseiros deixaram suas posses e retornaram posteriormente ao fim do conflito.

<sup>5</sup> Além de ter sido governador da Província do Paraná, o Barão foi um grande latifundiário e engajado na captura e aldeamento dos índios.

<sup>6</sup> O relato das viagens de John Elliot, realizadas entre os anos de 1944 e 1947, foi publicado no Instituto Histórico Geográfico (Tomo X) e traz dados sobre o ambiente, sobre as primeiras fazendas e moradores não indígenas, assim como sobre a presença de grupos indígenas no sul da província.

chegando depois disso à fazenda do senhor Francisco Gonçalves Barbosa, que Elliot afirma que morava no local há seis anos (ELLIOT, 1870, p. 153).

Visconde de Taunay, na obra Iguatemy (2011), narra sobre a entrada de uma bandeira realizada cerca de um século antes da guerra. A bandeira é chefiada por Teotônio José Juzarte e veio para o MS descendo o Rio Tietê até chegar no Rio Paraná, por onde navegaram até chegarem ao rio Ivinhema e entraram nas terras atualmente localizadas no extremo sul do estado de MS. Quando chegaram ao então estado de Mato Grosso, passaram pelo Presídio Nossa Senhora dos Prazeres<sup>8</sup> que havia sido construído com o fim de assegurar as fronteiras nacionais<sup>9</sup>. A comitiva de Juzarte tinha cerca de 800 pessoas com o intuito de fazer posses. Durante a viagem, por diversas vezes, Visconde de Taunay aponta para o encontro com os índios que existiam no lugar. A comitiva não foi bem sucedida, em um ano metade da população da comitiva havia morrido devido às doenças.

No final do século XIX e começo do século XX os Kaiowá sentiram o impacto da colonização através da instalação de uma empresa exploradora de erva-mate chamada Companhia Matte Larangeira<sup>10</sup>. A companhia tinha suas atividades exploratórias em uma área que compreendia quase todo o cone sul do MS e desenvolveu suas atividades entre o final do século XIX até a década de 1940. A Cia teve expressiva participação dos índios guarani e kaiowá na exploração dos ervais, como aponta os trabalhos de Antônio Brand (1997), Kátia Vietta (2007) e Eva Ferreira (2007). A atuação da empresa no estado foi contemporânea da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que ocorreu em 1910. O SPI foi de fundamental importância na execução dos projetos coloniais ao criar reservas indígenas e liberar terras para a exploração colonial.

## O SPI, AS RESERVAS E OS DESLOCAMENTOS FORÇADOS

A chegada das frentes colonizadoras gerou uma espécie de cerco sobre os Guarani e Kaiowá que traciona os indígenas para dentro das reservas criadas no início do século XX. Segundo Antônio Brand (1997) a Inspetoria de Campo Grande-MS foi a primeira a ser criada no Brasil. Em 1915 o SPI iniciou suas atividades no MS e a primeira reserva criada, em 1915, foi Benjamin Contanst, localizada em Amambai. Ela foi demarcada com uma área de 3.600 ha, limite máximo estabelecido por uma resolução do ano de 1915 que estabelecia os processos de titulação de terra à terceiros, na região de concessão de arrendamento da CIA Mate Laranjeira. Entretanto, a área sofre a primeira redução antes mesmo de ser medida, ficando com 2.429 ha, sendo o resto dela titulada a um particular (BRAND, 1997).

A segunda área a ser criada foi em 1917 em Dourados, o *Posto Indígena Francisco Horta* destinado para a *Colônia de índios de Dourados* (BRAND, 1997, p.111). A terceira área foi em Caarapó, denominada de *Tey-Cuê*, no ano de 1924, com uma extensão de 3.750 ha. Em 1927, Pimentel Barbosa, servidor do Posto Indígena Francisco Horta, apresentou uma proposta para criar mais quatro áreas

---

<sup>7</sup> Os indígenas eram fundamentais nas expedições. Eles eram guias e, muitas vezes, tradutores.

<sup>8</sup> Atualmente, parte dele está localizado na terra indígena denominada Paraguasu, no extremo sul do MS.

<sup>9</sup> O forte foi construído após o Tratado de Madri, de 1750 e tinha por objetivo fixar a linha divisória entre o estado de Mato Grosso com o Paraguai e controlar a fronteira brasileira contra ataques espanhóis.

<sup>10</sup> Apesar de a Companhia extrativista ser do final do século XIX, a experiência dos kaiowa com a erva mate era bem mais antiga. Desde o século XVI os espanhóis mantiveram relações com os kaiowa. Os espanhóis usaram, em um longo período, a mão-de-obra indígena para a produção da erva mate.

indígenas, sendo elas Porto Sessoró, à margem direita do rio Yjui, Porto Lindo, localizado na margem direita do Rio Iguatemi, Pirajuy, na linha de fronteira com o Paraguai, e por fim, Ramada e Limão Verde (Idem).

Embora o SPI previsse desde seu decreto de formação, no Capítulo I da lei de criação de 1910, que as reservas deveriam ser criadas em sítios já ocupados pelos índios, não foi o que aconteceu no Mato Grosso do Sul. Assim, a localização das reservas condizia mais aos interesses econômicos da época, do que o respeito à legislação indigenista (BRAND, 1997). A localização das reservas tendeu a coincidir com as regiões onde tinham maior concentração de ervais explorados pela Companhia Cia Matte Laranjeira com mão de obra indígena.

A partir da década de 1940, com o projeto nacional de colonização do centro-oeste, mais colonos chegam ao sul do MS. Neste período ocorrem novas titulações de terras, aumento das atividades agrícolas e o cercamento das fazendas. Os índios que haviam permanecido escondidos em suas terras até então foram forçosamente removidos de suas áreas e levados para as reservas, cuja população começa a crescer de forma acelerada. Desde então, a densidade populacional nas reservas aumenta em alta velocidade, elevando também a quantidade de problemas internos como falta de espaço, disputas políticas e altos índices de violência interna. Hoje a Reserva Indígena de Dourados tem 13.500 pessoas<sup>11</sup> em uma área de 3.540 hectares. Os atuais índices de violência são consequência da falta de espaço atrelada as disputas políticas. As disputas políticas, por sua vez, são na maioria dos casos disputas por espaços.

## **AS MOBILIZAÇÕES PARA O RETORNO E OS ATUAIS IMPASSES POLÍTICOS**

A insatisfação com as reservas, a falta de espaço e os conflitos políticos fazem com que muitas famílias Kaiowá e Guarani retornem para as áreas de onde foram retirados. Como o processo de colonização é recente, os mais velhos se lembram com detalhes dos antigos sítios de ocupação tradicional. A memória do território tradicional é ativada pelas atuais insatisfações com a reserva.

Segundo Pereira (2003) em meados da década de 1980 uma comunidade kaiowá localizada no município de Bela Vista, Mato Grosso do Sul, se mobiliza para reconhecer como terra indígena uma área ocupada dentro de uma fazenda. Segundo o autor, após a decisão de reivindicar o reconhecimento do território que ocupavam como terra indígena, a liderança da área realiza uma *verdadeira peregrinação por diversas áreas guarani* para conseguir apoio e pressionar a FUNAI afim de que sejam realizados os estudos relativos à identificação e demarcação da área. A partir disso a liderança *organiza um movimento de desintrusão da terra reivindicada pela comunidade de Pirakuá, contando com o apoio de guerreiros armados, oriundos de diversas comunidades* (PEREIRA, 2003, p. 139). Assim, lideranças de outras comunidades com experiências históricas similares passam a apoiar, se mobilizar e reivindicar junto com a comunidade de Pirakuá a regularização fundiária da terra em questão, se fazendo presente no momento da ocupação.

É a partir do sucesso de reconhecimento da área reivindicada que outros grupos também se mobilizam para retornar ou reconhecer a área que reconhecem como território tradicional. Este sucesso deve ser pensado, por sua vez, à luz da Constituição Federal de 1988 que amplia os direitos indígenas no que se refere à demarcação de terras tradicionais, como também a partir do aparecimento dos novos

---

<sup>11</sup> Fonte: FUNAI, Coordenadoria Regional de Dourados. Informação obtida em agosto de 2014.  
Disponível em [www.fct.unesp.br/nera](http://www.fct.unesp.br/nera)

movimentos sociais no Brasil. É dentro deste contexto de abertura política e fortalecimento do Estado de Direito, fortalecimento dos movimentos sociais e formação do movimento étnico-social guarani e kaiowá, que começa a surgir no final da década de 1980 e início de 1990 as *áreas de retomada* ou áreas de recuperação de posse, onde os índios tentam reaver a posse das terras ocupadas pela colonização. Para conseguirem reocupar antigos territórios os Kaiowá, muitas vezes, permanecem em acampamentos em margens de rodovia até que consigam reocupar as terras (CRESPE, 2009). Na situação de acampamento ou nas áreas de recuperação de posse, além das dificuldades para acessar recursos como água, lenha e comida, bem como trabalho, os conflitos pela terra tendem a se tornarem ainda mais combativos e violentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as mobilizações, acampamentos e áreas de recuperação de posse os índios passam a pressionar o estado brasileiro, via FUNAI, para a regularização fundiária das áreas que reconhecem como de ocupação tradicional. Entretanto, o processo envolve tempo, tensão e conflito. Os produtores rurais, por sua vez, também se organizaram em um forte movimento de resistência<sup>12</sup> com o intuito de desacelerar, ou mesmo interromper, os referidos processos administrativos. Defensores dos títulos de proprietários que detém, os produtores rurais atuais se recusam a pagar pelos erros promovidos pelo Estado ao titular territórios indígenas como terras devolutas. Por outro lado, os índios também não se conformam a situação atual e não se resignam mais as situações vividas dentro das reservas, também criadas pelo Estado.

Para acelerar os processos de regularização fundiária e na tentativa de solucionar os conflitos envolvendo índios e fazendeiros no MS, em doze de novembro de 2007 foi assinado um Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) entre Ministério Público Federal, Fundação Nacional do Índio e lideranças indígenas. O CAC previa o estudo de 34 áreas a serem identificadas pela FUNAI. Desde 2008 a FUNAI realizou vários estudos, mas só concluiu o relatório de *Pyelito kue*, publicado no Diário Oficial da União em oito de janeiro de 2013. Entretanto, segue uma certa letargia do Estado na resolução dos conflitos, o litígio não é solucionado e aumentam os números de assassinatos em famílias indígenas mobilizadas para retornarem às áreas que reconhecem seus antigos sítios de ocupação tradicionais.

## REFERÊNCIAS

BRAND, Antônio. **O impacto da perda da terra obre a tradição Kaiowa/Guarani**: os difíceis caminhos da palavra. Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da PUC/RS, 1997.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade**: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, SP, 2013.

CRESPE, Aline Castilho. **Acampamentos indígenas e ocupações**: novas modalidades de organização e territorialização entre os guarani e kaiowá no município de Dourados -MS: 1990-2009. Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da UFGD, 2009.

---

<sup>12</sup> O movimento dos produtores é organizado via sindicatos patronais, empresas e políticos com interesses em comum.

ELLIOT, John Henry. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo sr. João Henrique Elliott. In: **Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Tomo X, 1948.

FERREIRA, Eva Amaria Luiz. **A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores na Companhia Matte Larangeira**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – História, Região e Identidade da Universidade Federal da Grande Dourados, 2007.

PEREIRA, Levi M. O movimento étnico-social pela demarcação de terras guarani em MS. In: **Tellus/Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas**. NEPPI, ano 3, n. 4, Campo Grande –MS: UCDB, 2003.

RANGEL, Lúcia Helena. Vulnerabilidade, racismo e genocídio. In: **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil**. CIMI. Brasília, DF, 2011.

VIETTA, Katya. **Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa**: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Tese de doutorado em Antropologia Social, USP, 2007.